



Anais da Assembléia

N.º 25

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1.981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1.981.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, no seguinte teor: (Lê)
“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER, após submetido à apreciação do Plenário, a suspensão da sessão em homenagem póstuma ao ex-Deputado João Xavier Vianna, ocorrido ontem nesta Capital.—

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1.981.

(a) GILBERTO CARVALHO.”

Em votação o requerimento.— Aprovado.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 7, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

DA NONA LEGISLATURA

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Às 17,00 horas de vinte e cinco de junho de um mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões, registra-se a presença dos seguintes Senhores Deputados membros da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente: Nelson Friedrich, Lázaro Dumont, Trajano Bastos e José Domingos. Registra-se ainda a presente

dos Deputados: Gilberto Carvalho, suplente; José Tavares e Fidelcino Tolentino. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, que tem por objetivo ouvir o depoimento do Senhor Paulo César Furiatti, Vice-Presidente da Associação dos Agrônomos do Paraná. É aprovada a ata da reunião anterior, sem observações. O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Paulo César Furiatti; que faz explanação acerca da política agrícola e do uso de agroquímicos. No decorrer dos debates e a propósito de indagação do Deputado José Tavares, relativamente ao aumento de pragas à medida em que é aumentado o uso de defensivos, afirma o orador que, a partir de 1940 realmente vem se aplicando inadvertidamente os inseticidas e que os insetos gerados desde então aumentaram sua resistência gradativamente à medida em que foi aumentado o uso de pesticidas. A propósito, aduz considerações em torno dos efeitos violentos, tais como complicações hepáticas, tumores malignos, lesões cerebrais e morte, resultantes da aplicação de agroquímicos, citando entre outros, os seguintes produtos: azodrin, aldrin, endrin, floricol, furadan, BHC, DDT, etc., e particularizando os clorados orgânicos e os componentes mercuriais como os causadores de maiores malefícios. Assinala que, em análises feitas em vários produtos agrícolas, constatou-se a existência de resíduos em percentagem acima da permitida, mostrando a necessidade de ser exigida ação moralizadora do Ministério da Agricultura pela falta de fiscalização e até tolerância no uso de produtos já proscritos. Defende a criação de um programa de pesquisa a ser desenvolvido pelo Governo, no sentido de aperfeiçoar técnicas de alternativas no combate às pragas e desenvolvimento tecnológico capaz de avaliar o tempo de permanência de resíduos no organismo. O Sr. Deputado Lázaro Dumont, após situar a posição do trabalhador agrícola, que não tem nível de escolaridade para entender da dosagem correta de inseticida a ser aplicada e face aos riscos que envolve o uso incorreto, apela para que a Associação dos Agrônomos, que tem sua atuação e preocupação voltada para o homem, que desenvolva um trabalho no sentido de conscientizar os agrônomos nesse particular. O Sr. Paulo César Furiatti, reporta-se a convênio com a Secretaria da Agricultura, através do qual serão dados cursos para engenheiros-agrônomos, no sentido de conscientizá-los na aplicação do Receituário Agrícola. O Sr. Deputado Trajano Bastos, a propósito de afirmativa do Sr. Furiatti, relativa à discrepância entre o rótulo de defensivos e os dizeres do registro do mesmo junto ao Ministério da Agricultura, manifesta o seu repúdio a esse tipo de expediente usado pelas empresas, taxando-o de criminoso. Nesse sentido, é também a manifestação do Deputado Fidelcino Tolentino, que afirma que esse tipo de comportamento é consequência da crise moral por que o País atravessa e que se caracteriza em vários campos da atividade humana, onde se pode observar a falta de responsabilidade profissional, a falta de respeito à vida e a integridade do próximo. Aborda, ainda, o problema do mau uso do solo, que se vem verificando, fato que está acarretando o seu empobrecimento e a possibilidade de regiões ricas virem a se constituir num verdadeiro deserto. O Sr. Paulo Furiatti, assinala que, um dos responsáveis é o mau uso de agroquímicos, que acaba também com a vida do solo. No decorrer dos debates, aconselha a adoção de medidas políticas tais como a policultura, com o consequente zoneamento agrícola do País, de forma a restabelecer o equilíbrio ecológico e revigoramento do solo, bem como o desenvolvimento de pesquisas, a nível nacional, do controle biológico do solo. Pondera, todavia que tais medidas serão meramente paliativas,

haja vista o sistema econômico em que o País está estruturado. O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Eduardo Felder, tesoureiro da Associação de Defesa e Educação Ambiental - ADEA -, que aduz considerações em torno do recurso de alternativas, como medida de defesa ambiental, postas em prática em outros países e em outros Estados brasileiros. O Sr. Deputado Trajano Bastos, com a palavra, comenta a declaração do Sr. Hélio Teixeira, do Ministério da Agricultura, veiculada pela imprensa, sobre o aproveitamento dos componentes mercuriais, ainda que prejudiciais à saúde, enquanto perdurarem os estoques desses produtos. A propósito, sugere a divulgação de nota oficial, de protesto contra a posição assumida por esse funcionário do Ministério da Agricultura, que responde pelas funções do cargo de Secretário da Defesa Sanitária. Em votação, é a proposição. Trajano Bastos, aprovada. O Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com a palavra, faz uma série de indagações ao depoente sobre o episódio do plantio do feijão, determinado pelo Governo, fora da época normal, para saber da posição da Associação dos Agrônomos; do percentual de agrônomos, membros da Associação, que pertencem ao quadro do funcionalismo público e se houve, por parte de algum órgão governamental, represálias contra os que se manifestaram contrários ao plantio. O Sr. Furiatti, respondendo às inquirições, afirma que a Associação dos Agrônomos manifestou-se contrariamente ao plantio. Quanto ao índice de agrônomos, pertencentes à Associação, funcionários públicos, é de quase oitenta por cento, mas, afirma que desconhece oficialmente qualquer represália contra os que se posicionaram. A esta altura dos trabalhos, assume a Presidência o Sr. Deputado Trajano Bastos. O Sr. Nelson Friedrich, com a palavra, tece comentários em torno de iniciativa de sua autoria e de proposições em trâmites na Câmara dos Deputados, que preveem a aplicação do receituário agrônômico. Após afirmar que a Constituição não veda a competência ao Estado para legislar sobre o assunto, informa que o Estado do Rio Grande do Sul tomou a si a decisão de aplicar o receituário agrônômico, a despeito da pressão contrária exercida pelo Ministério da Agricultura, e o vem fazendo há mais de um ano. Em seguida, argui o depoente sobre a existência do chamado livro de Registro de Clorados, sobre a validade do mesmo e sobre a viabilidade de existir também um livro de registro dos mercuriais. O Sr. Paulo César Furiatti, afirma que todos os produtos têm registro e que o Ministério lança trimestralmente um livro sobre todos os registros. O problema, afirma, é a veracidade de correspondência do registro específico e a necessidade de um controle global de lotes de produtos, a partir da fábrica, a nível de saída, com a respectiva fiscalização a nível de comércio. Dando continuidade à perquirição, o Deputado Nelson Friedrich pede informação acerca da quantidade de produtos agroquímicos proibidos em países de onde são originários e que têm seu uso permitido em nosso País. O depoente informa que os produtos mais usados são os da EPA - agência de produção do meio ambiente americana. Afirma que os clorados por serem proibidos em outros países, têm preço mais baixo em nosso País e por questões econômicas são os que mais se utilizam. Caso idêntico é também o dos compostos mercuriais. Relativamente à quantidade, promete, tão logo lhe seja possível, fornecer os dados esclarecedores. Quanto à existência de algum pesticida aqui no Paraná, com proibição clara da Secretaria, que também lhe foi perguntado, cita o FURADAN. Finalizando sua inquirição o Deputado Nelson Friedrich indaga acerca da atuação da ANDEFÉ - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas, ao que lhe é respondido que é uma entidade tendenciosa, em defesa dos interesses da indústria. Ao reassumir a Presidência, o Sr. Deputado Nelson Friedrich informa que há sugestão do Deputado Ezequias Losso, no sentido de ser colocado à disposição desta Comissão um geólogo, que estaria interessado em assessorá-la tecnicamente, desde que sua requisição seja feita oficial-

mente, por este Poder, ao que todos se manifestaram favoravelmente. Em seguida, agradece o Sr. Paulo César Furiatti pelo seu comparecimento perante a Comissão e, a propósito de sugestões apresentadas no decorrer dos debates, manifesta a sua esperança de que a Associação dos Agrônomos volte a esta Casa, dessa feita a nível de plenário, a fim de que todos os Srs. Deputados possam tomar conhecimento dos estarecedores fatos hoje denunciados. Agradece ainda pelo comparecimento dos Deputados e demais pessoas presentes e, em seguida, dá por encerrados os trabalhos da presente reunião. Para constar, lavro a presente Ata que, após aprovada, será pelo Sr. Presidente e por mim assinada, e, publicada, para que produza os efeitos legais.

NELTON FRIEDRICH

Presidente.

MYRTHES MAGDA GOMES

Secretária.

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 084/81

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º — Os funcionários, ocupantes de cargo de provimento em Comissão, integrantes da estrutura dos Gabinetes dos Deputados, serão substituídos, no impedimento legal ou afastamento, por funcionário lotado no mesmo Gabinete, sem ônus financeiro para a Assembléia Legislativa.

Art. 2.º — Não podem afastar-se simultaneamente mais de dois terços dos funcionários componentes dos Gabinetes de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/03/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 104/81

exonerar, RENATO FERNANDES SILVA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 309/79, de 20 de abril de 1979, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1986).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 105/81

I — prover, OSVALDO FONSECA BROCA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro.

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, correspondente a 50% (cinquenta) por cento de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1986).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 01/4/81

JOÃO MANSUR

Presidente

AUGUSTO CARNEIRO

1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 106/81

conceder, a LEONOR FIORI HILGERT, matrícula n.º 078, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses, de licença especial, nos termos do Art. 247, § único, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 25 de maio de 1976 e 25 de março de 1981, antecipado em razão das férias de 1976, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 1877).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 107/81

atribuir ao funcionário ORLANDO SABOTTO, matrícula n.º 591, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2a. Secretaria, a partir de 1.º de março de 1981, de acordo com o Art. 9.º, § 2.º, item IV, do Decreto Legislativo n.º 187/80.

(Protoc. n.º 1442).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 108/81

exonerar HELENA BRANCALEÃO MALAGUIDO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fiori Luiz, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 078/80, de 08 de fevereiro de 1980, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1671).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 109/81

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III e § 3.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, OSIRIS DE BRITO, matrícula n.º 083, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de vinte por cento (20%) sobre o Símbolo DAS-3, atribuído ao cargo de Diretor do Gabinete da Consultoria Legislativa (Resolução n.º 53/80); e mais dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os Artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade de acordo com o Art. 1.º, da Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974 e Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

(Protoc. n.º 1275).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 02/4/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 110/81

exonerar, IRENO VICENTE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da 2a. Secretaria, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 052/79, que autorizou o mesmo a prestar serviço

extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1703).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 111/81

I — prover, EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da 2a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1703).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 113/81

I — exonerar, EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 073/79, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — prover, JOEL MOREIRA RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi; e,

III — autorizar, JOEL MOREIRA RODRIGUES, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 114/81

revogar os Decretos Legislativos n.ºs 261/71, 203/75 e 286/78, que concedeu aos funcionários BENEDITO JOSÉ TEIXEIRA, AUGUSTO CORDEIRO BORGES e JOAQUIM BARBOSA CABRAL, a Gratificação de que trata o Art. 11, da Resolução n.º 2/64, de 21 de fevereiro de 1964 e fixada pelo Decreto Legislativo n.º 67/64, de 27 de fevereiro de 1964.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 115/81

designar, RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula n.º 256, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Cadastro de Deputados, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 116/81

atribuir ao cargo de Assessor Técnico da Diretoria Geral, a Gratificação de Função, símbolo 1-F e Gratificação de Representação R-4.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 117/81

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 157/79, que atribuiu aos funcionários SÉRGIO ZACARIAS, ZENO PACIORNIK e JOSÉ ARY NASSIF, a Função Gratificada, símbolo 2-F, junto à Comissão de Abertura e Julgamento e Licitações - CAJL.

II — revogar o item III, do Decreto Legislativo n.º 244/80, que atribuiu ao funcionário OSMAR LUIZ

DELAGASSA PASSOS, a Função Gratificada, símbolo 1-F, junto à Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL.

III — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 291/80, que atribui ao funcionário JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, a Função Gratificada, símbolo 1-F, de componente da Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL.

IV — atribuir aos funcionários componentes da COMISSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES - CAJL, JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, DARCI ANTÔNIO BUDEL, DURVAL DAROS, ALBERTO SAVOIA ASSEF e ZENO PACIORNIK, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo 1-F, de acordo com o Art. 25, do Decreto Legislativo n.º 187/80.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 3/4/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 118/81

autorizar, OSVALDO FONSECA BROCA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de março de 1981. (Protoc. n.º 858).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 119/81

autorizar, CARLOS MAXIMINO PERONDI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Liderança do PMDB, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1981, respeitando o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 082/81.

(Protoc. n.º 11554).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 6/4/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N.º 265/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SÉRGIO ANTÔNIO SOUTO, matrícula n.º 087,

ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 1958).

PORTARIA N.º 266/81

conceder ao funcionário DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, matrícula n.º 494, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n.º 1998).

PORTARIA N.º 267/81

I — revogar a Portaria n.º 135/81, na parte em que se refere à funcionária THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, matrícula n.º 089, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou a mesma para prestar serviços no Departamento Legislativo; e,

II — designar a funcionária acima citada, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PTB. (Protoc. n.º 1598).

PORTARIA N.º 268/81

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 567/80, ao funcionário GERSON NEMES, matrícula n.º 506, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. n.º 1178).

PORTARIA N.º 269/81

mandar retificar a Portaria n.º 060/81, de 28 de janeiro de 1981, para declarar que as férias contadas em dobro, para todos os efeitos legais, em favor de JUARES DE QUADROS GONÇALVES, matrícula n.º 513, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, se referem às férias de 1978 e 1979 e não como consta naquele ato.

(Protoc. n.º 1488).

Gabinete da Diretoria Geral, em 2/4/81
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL